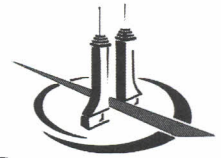




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS  
Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893  
Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)  
E-mail: [eltondarocha@camarauruguaiana.rs.gov.br](mailto:eltondarocha@camarauruguaiana.rs.gov.br)



**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**DOCUMENTO:** Projeto de Lei 088/2017, protocolo nº 755/2017/LEG

**PROCEDÊNCIA:** Poder Executivo

**ASSUNTO:** “Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder ao parcelamento de dívida com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”

**RELATOR:** Ver. Elton da Rocha

**PARECER**

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Lei nº 088/17 do Poder Executivo, protocolado nesta Casa sob o nº 755/2017/LEG, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder ao parcelamento de dívida com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”

O mesmo visa a autorização do parcelamento da dívida ativa não tributária do Município, divida esta que acarreta a não autorização da inscrição do município no CADIN, ou seja não possibilita os convênios, contratos e operações de crédito como captações de recursos aos órgãos estaduais e federais;


Salienta-se no entanto que, este projeto propende evitar o ajuizamento dos valores devidos com os encargos e juros judiciais que serão inevitáveis e “traria enorme comprometimento prejuízo ao erário público municipal”

Desta forma posso concluir que todos os documentos referentes ao Projeto de Lei 088/17, encontram-se anexados e devidamente revisados e estão em conformidade com os princípios contábeis que regem a contabilidade pública.

Considerando os documentos analisados, nada encontramos que venha obstruir a aprovação do presente Projeto.

No tocante às atribuições desta Comissão, o parecer é **FAVORÁVEL**, à aprovação desta matéria.

Sala das comissões, 04 de setembro de 2017.

  
**Ver. Elton da Rocha**  
Relator

Aprovado o Parecer  
Em 09/09/17  
Presidente da Comissão

  
VOTO:  
DE ACORDO:

CONTRÁRIO: